



## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **CONCURSO PÚBLICO** **com publicação no Jornal Oficial da União Europeia**

**Processo n.º 47/CPI/DA/DCP/2025**

**“AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE TRÊS EIXOS, DO TIPO ROTATIVA DE 17m<sup>3</sup> a 19m<sup>3</sup>”**



## Índice

<b>PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS</b> .....	3
<b>Capítulo I - Disposições gerais</b> .....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> Preço base .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> Contrato .....	3
Cláusula 4. <sup>a</sup> Relação Contratual .....	3
Cláusula 5. <sup>a</sup> Vigência do contrato .....	3
<b>Capítulo II - Obrigações contratuais</b> .....	4
<b>Secção I - Obrigações do Cocontratante</b> .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> Obrigações principais .....	4
Cláusula 7. <sup>a</sup> Local da entrega do bem .....	4
Cláusula 7. <sup>a</sup> -A Inspeção e testes .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> -B Inoperacionalidade ou não conformidade dos bens .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> -C Aceitação do bem .....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> Conformidade, operacionalidade e garantia .....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> - A Garantia Técnica .....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> - B. Garantia da continuidade de fabrico .....	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> Patentes, Licenças e Marcas registadas .....	7
Cláusula 10. <sup>a</sup> Dever de sigilo .....	7
Cláusula 11. <sup>a</sup> Atualizações jurídico-comerciais .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> Responsabilidade do cocontratante .....	8
<b>SECÇÃO II - Obrigações do contraente público</b> .....	8
Cláusula 13. <sup>a</sup> Preço contratual .....	8
Cláusula 14. <sup>a</sup> Fatura e condições de pagamento .....	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> Gestor do Contrato .....	9
<b>CAPÍTULO III - Sanções contratuais e resolução</b> .....	9
Cláusula 16. <sup>a</sup> Sanções contratuais .....	9
Cláusula 17. <sup>a</sup> Força maior .....	10
Cláusula 18. <sup>a</sup> Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante .....	10
Cláusula 19. <sup>a</sup> Resolução por parte do contraente público .....	11
Cláusula 20. <sup>a</sup> Resolução por parte do cocontratante .....	11
<b>CAPÍTULO IV - Disposições Finais</b> .....	12
Cláusula 21. <sup>a</sup> Cessão da posição contratual e subcontratação .....	12
Cláusula 22. <sup>a</sup> Caução e sua liberação .....	12
Cláusula 23. <sup>a</sup> Comunicações e notificações .....	12
Cláusula 24. <sup>a</sup> Contagem dos prazos .....	12
Cláusula 25. <sup>a</sup> Proteção de dados pessoais .....	13
Cláusula 26. <sup>a</sup> Foro competente .....	13
Cláusula 27. <sup>a</sup> Legislação aplicável .....	14
<b>PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS E SUSTENTABILIDADE</b> .....	14
Cláusula 28. <sup>a</sup> Equivalência Técnica .....	14
Cláusula 29. <sup>a</sup> Condições gerais .....	14
Cláusula 30. <sup>a</sup> Formação .....	15
Cláusula 31. <sup>a</sup> Especificações Técnicas do Veículo a Adquirir .....	15
<b>ANEXO I Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa</b> .....	21
<b>ANEXO II Consulta Preliminar</b> .....	26



## PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

### Capítulo I - Disposições gerais

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público com publicidade internacional, que tem por objeto a **“Aquisição de uma viatura de três eixos, do tipo rotativa de 17m3 a 19m3”**, melhor especificado nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de 233.000,00 € (duzentos e trinta e três mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base foi definido tendo em conta a consulta preliminar ao mercado realizada, nos termos do descrito no Anexo II ao presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

#### Cláusula 4.<sup>a</sup>

##### Relação Contratual

1. A relação contratual decorrente do ato de adjudicação e do contrato é constituída pelas seguintes entidades:
  - a) O contraente público: Município de Lisboa e
  - b) O cocontratante: a quem é adjudicada e contratada a aquisição de bens.
2. Sempre que se faça referência a decisões ou procedimentos do contraente público, entender-se-á que estas são tomadas pelos dirigentes desta com competência para o efeito.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### Vigência do contrato

O contrato iniciará os seus efeitos no dia seguinte à data da sua outorga, data esta que será a data da última assinatura digital qualificada aposta no documento e será vigente pelo período indicado na proposta adjudicada



para entrega do bem, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## **Capítulo II - Obrigações contratuais**

### **Secção I - Obrigações do Cocontratante**

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>** **Obrigações principais**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e proposta, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a) Proceder à entrega do bem objeto do contrato, no prazo constante da proposta adjudicada, que não pode ser superior a **30 (trinta) dias**;
  - b) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das suas atividades exercidas no âmbito do contrato;
  - c) Manter inalteradas as condições da aquisição de bens, salvo nos casos previstos no presente caderno de encargos;
  - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que a aquisição de bens é efetuada e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
  - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes com relevância para a aquisição, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
  - f) Prestar toda a informação a que esteja obrigado no âmbito do presente caderno de encargos, bem como toda a informação adicional respeitante aos bens em causa que lhe for solicitada pelo contraente público, através do gestor do contrato, de acordo com o consubstanciado no artigo 290.º-A do CCP;
  - g) Garantir o cumprimento do disposto no Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa, nos termos do Anexo I ao presente caderno de encargos;
2. A falta de cumprimento do disposto nos números anteriores torna o cocontratante responsável por todas as consequências que daí advenham.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>** **Local da entrega do bem**

1. O bem objeto do contrato deve ser entregue nas instalações municipais da Direção Municipal de Higiene Urbana, sitas na Av. Infante D. Henrique, Lote 1, 1800-220 Lisboa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
2. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos em (língua portuguesa, aceitando-se, no entanto, que os manuais técnicos de manutenção possam ser redigidos em inglês, francês ou castelhano) que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega do bem objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte do bem objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.



#### **Cláusula 7ª-A** **Inspeção e testes**

1. Efetuada a entrega do bem objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, poderá proceder, no prazo de 5 (cinco) dias, a inspeção qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, prospectivamente, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização de testes, o cocontratante deve prestar ao contraente público toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização de testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do cocontratante.

#### **Cláusula 7ª-B** **Inoperacionalidade ou não conformidade dos bens**

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve informar esse facto, por escrito, ao cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, a suas expensas e num prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo cocontratante, no prazo respetivo, o contraente público procede a realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

#### **Cláusula 7ª-C** **Aceitação do bem**

1. Caso os testes a que se referem as cláusulas anteriores comprovem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 7 (sete) dias, a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do cocontratante e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 da presente cláusula não implica a aceitação de eventuais defeitos ou discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais, características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 8ª** **Conformidade, operacionalidade e garantia**

1. O cocontratante garante a conformidade e operacionalidade do bem entregue, objeto do presente Caderno de Encargos.
2. O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos às vendas de bens de consumo e das garantias a elas relativas, no que respeita à conformidade do bem.



4. O cocontratante é responsável perante o contraente público, por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que existam no momento em que o bem lhe é entregue.
5. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, e no que se refere aos elementos entregues ao contraente público, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 8.ª- A** **Garantia Técnica**

1. Nos termos do disposto na presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo, **36 (trinta e seis) meses completos**, incluindo cadeias cinemáticas, contados a partir da data da Receção Provisória, sem condições, incluindo todos os equipamentos que as constituem, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Condições Técnicas do presente caderno de encargos.
2. Durante o período de garantia, o cocontratante providenciará para que o seu pessoal especializado se apresente nos locais de entrega da viatura, com a urgência requerida pelo contraente público, no prazo máximo de 24 horas, ou por quem este designar, sempre que o mesmo seja solicitado em consequência de anomalias de funcionamento ou de uma frequência anormal de avarias.
3. Durante o Período de Garantia, o cocontratante obriga-se à substituição de todo e qualquer material, componente, peça ou equipamento defeituoso devido a má conceção, defeito ou qualidade inadequada de materiais, componentes, peças ou equipamentos utilizados, defeito de fabrico ou erro de montagem. Todas estas substituições deverão ser feitas pelo cocontratante, no prazo máximo a definir pelo contraente público, sem nenhuma despesa ou encargo para o mesmo.
4. Se o defeito verificado provier de um erro sistemático referente à conceção, à qualidade dos materiais, peças, componentes e equipamentos utilizados e fornecidos ou à técnica de fabrico ou montagem utilizada, o Cocontratante obriga-se, a suas expensas, a reparar, modificar ou substituir todos os materiais, peças, componentes ou equipamentos idênticos, mesmo aqueles em que esse defeito não se tenha ainda revelado.
5. O cocontratante corrigirá todos os defeitos, em prazo a fixar pelo contraente público, mesmo que estes não impliquem substituição de peças, e executará novamente, para os equipamentos substituídos, todos os ensaios previstos.
6. O cocontratante providenciará por sua conta, o pessoal e materiais necessários às eventuais substituições, correções ou ensaios mencionados nos parágrafos anteriores.
7. Durante o Período de Garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que substituir por força dessa garantia, terá a partir da data do Auto de Receção Provisória, um período de garantia igual ao do equipamento, componente ou peça que substituiu.
8. Se, durante o Período de Garantia, o cocontratante julgar que deve substituir uma parte do equipamento por outra de conceção diferente, deve comunicá-lo, por escrito, ao contraente público e obter o seu acordo.
9. As condições especificadas em matéria de sanções e rejeição previstas para o equipamento original, serão também aplicáveis aos equipamentos, componentes ou peças objeto de substituição ou correção.
10. As referidas reparações ou substituições devem ser realizadas dentro de um prazo a fixar pelo contraente público e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
11. A garantia prevista abrange todo o objeto do fornecimento, sem limitações, nomeadamente o seguinte:
  - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
  - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;



- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) Se necessário, a deslocação ao local onde se encontrar a viatura;
- g) A mão-de-obra.

#### **Cláusula 8.ª - B.**

##### **Garantia da continuidade de fabrico**

O cocontratante deve assegurar a continuidade de fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes ou equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da assinatura do respetivo auto de receção.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Patentes, Licenças e Marcas registadas**

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas, patentes ou licenças registadas.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Dever de sigilo**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Atualizações jurídico-comerciais**

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:



- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
  - b) A sua denominação e sede social;
  - c) A sua situação jurídica;
  - d) A sua situação comercial.
2. O cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Responsabilidade do cocontratante**

1. O cocontratante é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados ao contraente público ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente fornecimento do bem objeto do contrato.
2. O cocontratante é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil.

### **SECÇÃO II - Obrigações do contraente público**

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Preço contratual**

1. Pela aquisição do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, que tem de ser igual ou inferior ao preço base definido no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não há lugar a revisão de preços durante a vigência do contrato.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Fatura e condições de pagamento**

1. O Município de Lisboa aderiu ao Portal da FE-AP para receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração, I.P., pelo que as faturas deverão ser enviadas ao Serviço Municipal e com referência à morada e campos indicados nos números 3 e 4 da presente cláusula, através desta solução.

Assim, para iniciar o processo de adesão à solução FEAP, deverão ser efetuados os seguintes procedimentos:

- a) Consulta à informação sobre a fatura eletrónica em:  
<https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab5>
- b) Consulta à informação específica do processo de adesão dos fornecedores em:  
<https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>





c) Preenchimento do formulário de adesão em: [https://pt.surveymonkey.com/r/FEAP\\_CIUS](https://pt.surveymonkey.com/r/FEAP_CIUS)

2. Caso não seja possível a utilização da solução do número anterior, a(s) fatura (s) devem ser enviadas temporariamente para o endereço de correio eletrónico [dmf.dc@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.dc@cm-lisboa.pt), devendo os serviços municipais confirmar a sua receção e respetiva validação, pelos mesmos meios, considerando que a emissão das faturas deverá ser efetuada em sistemas informáticos creditados pela Autoridade Tributária e/ou satisfaçam as regras da faturação eletrónica
3. Caso não seja possível a alternativa indicada nos pontos 1 ou 2, as faturas deverão ser emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade e temporariamente remetidas para Edifício Central do Município - Campo Grande n.º 25 – 8.º Piso, Bloco A, 1749 - 099 Lisboa.
4. Independentemente da forma de envio, as faturas deverão conter obrigatoriamente o NIF n.º 500051070 e o “Número de Compromisso”, indicado no texto do contrato ou na comunicação da adjudicação, sob pena de devolução das mesmas.
5. O prazo para pagamento das faturas é de trinta dias, a contar da data da receção das mesmas nos serviços do contraente público
6. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou de nota de crédito/débito, consoante o caso.
7. Desde que emitidas nos termos dos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

#### **Cláusula 15.ª** **Gestor do Contrato**

1. De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o contraente público designará um ou mais Gestores do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Caso o contraente público designe mais do que um gestor do contrato, deve definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada um.
3. Em casos excecionais devidamente fundamentados, o contraente público poderá contratualizar a gestão do contrato com um terceiro.
4. Antes do início de funções, o gestor do contrato subscreve a declaração de inexistência de conflito de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao CCP.

### **CAPÍTULO III - Sanções contratuais e resolução**

#### **Cláusula 16.ª** **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações decorrentes do contrato, o contraente público pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Nos primeiros 10 dias de atraso na entrega do bem, a sanção aplicável será de 0,3% do preço contratual, por cada dia de atraso;
  - b) A partir do 11.º dia de atraso, a sanção aplicável será de 0,5% do preço contratual.
2. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula só serão aplicadas após audiência do cocontratante e



não obstem a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

3. As sanções pecuniárias, previstas na presente cláusula, terão um limite de 20% do preço contratual, caso o contraente público não proceda à resolução do contrato prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

#### **Cláusula 17.ª** **Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma resultante do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 18.ª** **Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante**

1. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante deverá, caso o contraente assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.



3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo cocontratante, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente nos seguintes casos:
  - a) Deixe por qualquer forma, de dar cumprimento às condições previstas por este caderno de encargos e demais legislação vigente;
  - b) Pelo atraso, total ou parcial na entrega dos bens objeto do contrato, pelo prazo superior a 20 (vinte) dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante, via postal, por meio de carta registada com aviso de receção ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de direito.

#### **Cláusula 20.ª**

##### **Resolução por parte do cocontratante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.



## **CAPÍTULO IV - Disposições Finais**

### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

#### **Cessão da posição contratual e subcontratação**

A possibilidade de cessão da posição contratual e subcontratação segue o regime previsto nos artigos 316.º e seguintes do CCP, depende sempre de autorização expressa do contraente público, permanecendo o cocontratante, no caso da subcontratação, integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

#### **Caução e sua liberação**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo pelo cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento das sanções pecuniárias ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei, nos termos do disposto no artigo 296.º do CCP.
2. A execução parcial ou total da caução referida no número anterior constitui o cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição do valor existente antes dessa mesma execução, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
3. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.
4. O contraente público não efetuará retenção de pagamentos.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Comunicações e notificações**

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato, devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato e uma das seguintes vias:
  - a) Por correio eletrónico;
  - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.
3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do



contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

#### **Cláusula 25.<sup>a</sup>** **Proteção de dados pessoais**

1. A execução do contrato resultante da presente aquisição de bens não envolve, em princípio, o tratamento de quaisquer dados pessoais.
2. Caso na execução do contrato exista alguma exceção ao previsto no número anterior, o Contraente Público e o Cocontratante assumem o compromisso de, em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação aplicável, celebrar um Acordo de Tratamento de Dados, que constituirá uma adenda ao contrato a celebrar ao abrigo desta aquisição, destinado à definição das respetivas responsabilidades pelo tratamento dos dados de natureza pessoal que tenham de ser recolhidos e tratados.
3. Caso seja celebrado contrato escrito, os dados pessoais contidos no mesmo são considerados necessários para a formalização e execução do mesmo e, ainda, se necessário, para o cumprimento de outras obrigações legais, sendo aqueles de conservação permanente, em conformidade com o estipulado no artigo 5.º, n.º 1, alíneas b) e e) e no artigo 89.º, ambos do RGPD, e no artigo 21.º, n.º 2, da Lei n.º 58/2019, de 08/08.
4. O Contraente Público poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
5. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
  - a) A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
  - b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email [dpo@cm-lisboa.pt](mailto:dpo@cm-lisboa.pt) ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2.º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de apresentar exposições;
  - c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
  - d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.
6. Na publicitação do contrato, devida em cumprimento do Código dos Contratos Públicos, o Contraente Público procederá previamente ao expurgo dos dados pessoais dos intervenientes que não sejam necessários para assegurar esta finalidade.

#### **Cláusula 26.<sup>a</sup>** **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



**Cláusula 27.<sup>a</sup>**  
**Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar.

**PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS E SUSTENTABILIDADE**

**Cláusula 28.<sup>a</sup>**  
**Equivalência Técnica**

Nos termos do disposto no n.º 9, do artigo 49.º do CCP, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modo de produção, devem considerar-se, em tais casos, a menção “ou equivalente”.

**Cláusula 29.<sup>a</sup>**  
**Condições gerais**

1. O cocontratante deve facultar o acompanhamento da construção do bem, com a obrigação de comunicar previamente o seu calendário e de prestar, a quem for para o efeito designado pelo contraente público, toda a informação necessária.
2. O veículo deve ser novo, com zero quilómetros, ou com os quilómetros mínimos necessários para ensaios técnicos, não superiores, cada um, a 500 quilómetros.
3. O veículo deve respeitar o Código da Estrada e restante legislação complementar.
4. Com o veículo, deverão ser entregues todos os equipamentos exigidos pelo presente documento, pelo Código da Estrada e pela restante legislação complementar.
5. O veículo deve reunir todos os requisitos legais que condicionem a sua admissão ao trânsito na via pública sem necessidade de escolta, mantendo uma configuração em marcha, que se situe dentro dos parâmetros permitidos pelo Código da Estrada no que respeita à altura e larguras máximas e a projeções e saliências, bem como os pesos por eixo.
6. O veículo completo deve ser entregue já devidamente homologado pelo IMT-Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., devendo constar no Documento Único Automóvel (DUA) como morada do Município de Lisboa - DRMM – Av. Infante D. Henrique Lote 1, 1800-220 Lisboa.
7. O cocontratante deve entregar as declarações de conformidade CE.
8. Os bens devem verificar compatibilidade eletromagnética, segundo a Diretiva 89/336/CEE.
9. O Cocontratante compromete-se a manter o contraente público permanentemente informado das modificações e alterações que forem sendo introduzidas nos veículos do mesmo tipo pelos respetivos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções, através de ações de serviço;
10. Com a entrega do bem o cocontratante obriga-se a fornecer:
  - a) os manuais de peças e de instruções sobre a operação, manutenção e reparação do veículo completo;
  - b) o esquema de manutenção preventiva preconizada pelo fabricante, incluindo informação dos lubrificantes aplicados no veículo completo.



### **Cláusula 30.<sup>a</sup>** **Formação**

1. O cocontratante será responsável por um programa de formação do pessoal afeto à gestão, operação e manutenção do veículo, para condutores/operadores, e operários, devendo apresentar este programa até à entrega do veículo.
2. O programa de formação deve ser detalhado, especificar todos os aspetos indicados nas alíneas seguintes e contemplar ações de reciclagem a ocorrer durante os três primeiros anos. Deve, ainda, referir a quantidade de formandos, por especialidade, o plano de formação e a respetiva carga horária, nos termos seguintes:
  - a) Para o mínimo de 12 condutores:
    - i. Operação dos veículos (componente teórica e prática);
    - ii. Manutenção preventiva para condutores.
  - b) Para o mínimo de 5 técnicos e operários:
    - i. Manutenção preventiva;
    - ii. Reparação.
  - c) Para o mínimo de 6 lavadores de viaturas:
    - i. Lavagem diária do veículo;
    - ii. Lavagem profunda do veículo.
3. O cocontratante deverá promover as sessões de formação, apresentadas no seu programa, para instrução do pessoal que irá operar e assistir o veículo e equipamentos fornecidos, a ocorrerem nas instalações do contraente público.
4. A cada formando será distribuída documentação técnica em português referente às matérias abordadas na formação.

### **Cláusula 31.<sup>a</sup>** **Especificações Técnicas do Veículo a Adquirir**

Aquisição de uma viatura de três eixos, do tipo rotativa de 17m<sup>3</sup> a 19m<sup>3</sup>, que se destina à recolha de frações de resíduos sólidos, devendo responder a todas as exigências do serviço, sendo que cada um dos seus elementos, deve obedecer às características técnicas descritas a seguir. As características da direção, distância entre eixos e dimensões gerais da viatura completa deverão possibilitar reduzidos raios de viragem e condições de inserção que permitam uma fácil condução em todas as artérias da cidade de Lisboa onde habitualmente circulam viaturas deste tipo.

#### **Normas e diretivas:**

A construção da viatura deve obedecer às Diretivas e normas em vigor na União Europeia.

A viatura deve conter marca CE com indicação do nível sonoro, nos termos do Decreto-Lei n.º 221/2006 de 8 de novembro.

O chassis, a superestrutura e os equipamentos deverão ser entregas com Declaração de Conformidade Europeia (CE).

#### **1. Motorização e transmissão**

- a) Viatura pesada, com homologação N3, do tipo 6x2, com tração num dos eixos traseiros, o qual deve possuir rodado duplo e o outro direcional, com rodado simples;
- b) Motor a gasóleo, com cilindrada igual ou superior a 7.200 cm<sup>3</sup>;



- c) Potência máxima, no mínimo de 220 kW;
- d) Binário máximo, no mínimo de 1.500 Nm;
- e) As emissões segundo norma EURO 6 ou superior, devendo cumprir todas as normas técnicas no que respeita a emissões gasosas, em vigor na CE;
- f) Tubo de escape vertical com saída em curva acima do ponto mais elevado da superestrutura, concebido de forma a anular possíveis entradas de água, protegido, sem prejuízo do nível de ruído, por blindagem de chapa perfurada. A saída de escape deve ser concebida de forma a não aumentar mais que o estritamente necessário a altura das viaturas;
- g) Tração no eixo traseiro, estando este dotado de rodado duplo;
- h) Caixa de velocidades automática ou automatizadas sem pedal de embraiagem e adequada ao serviço de remoção de resíduos.
- i) A tomada de força deve ser acionada diretamente pela caixa de velocidades e possuir uma relação de transmissão próxima de 1:1, para permitir uma baixa rotação, a parametrizar após carroçamento do veículo, do motor do mesmo durante a operação do equipamento. Deve possuir engrenamento interno para evitar desgastes prematuros dos carretos da caixa de velocidades. A viatura deve poder efetuar remoção porta-a-porta sem necessidade de ligar/desligar manualmente a tomada de força. No acionamento da bomba hidráulica deve estar intercalada uma embraiagem eletromagnética;
- j) O eixo traseiro/diferencial deverá ter uma relação de transmissão adequada a um serviço urbano, onde se privilegia o binário relativamente à velocidade.

## **2. Sistema de travagem, suspensão e pneumáticos**

- a. Travões de disco à frente e atrás;
- b. Travão auxiliar ao escape;
- c. Todos os elementos do sistema de travagem deverão ser montados de forma a estarem protegidos contra a projeção de lamas nos locais de descarga;
- d. Válvula sensível à carga no eixo traseiro;
- e. Equipamento para secagem de ar;
- f. A suspensão deve ser adequada ao serviço no concelho de Lisboa e ao acesso a aterros sanitários;
- g. Os pneus devem possuir piso adequado ao serviço, tipo urbano/estrada, de elevada resistência ao desgaste. Sempre que for tecnicamente possível, os pneus deverão possuir classe A na eficiência energética.
- h. A viatura deve possuir piso direcional nos eixos direcionais e de tração nos restantes eixos.

## **Cabine**

- a) O veículo deverá ser do tipo cabina avançada, simples, curta, com boa visibilidade, grandes superfícies vidradas e estar dotada 3 lugares, incluindo o do condutor, convenientemente insonorizada, equipada com cintos de segurança, aquecimento, ventilação forçada devidamente filtrada e ar condicionado;
- b) Climatização da cabina, devidamente filtrada, assegurada por ar condicionado, pelo menos para o arrefecimento e o aquecimento da cabina via, vulgo, “chauffage”;
- c) Banco do condutor ajustável em distância ao volante e encosto reclinável. Todos os bancos devem ser estofados com capa em napa amovível lavável e ajustada ao banco;
- d) Volante à esquerda ajustável em altura e inclinação;
- e) Tacógrafo de modelo aprovado e aferido;
- f) Conta horas do funcionamento do motor e da caixa de recolha;





- g) Circuito de vídeo interno a cores, com monitor no interior da cabine, visível para o condutor e câmara de vídeo de infravermelhos, instalada na retaguarda da viatura;
- h) Espelhos retrovisores exteriores e adequados ao serviço urbano, com a mínima saliência em relação à cabina, bem como espelho de bermas do lado direito;
- i) Espelho frontal para visualizar o para-choques dianteiro;
- j) Faróis de nevoeiro.;
- k) Fundo do habitáculo protegido por tapetes amovíveis em borracha.

### 3. Outros

As viaturas deverão possuir os seguintes equipamentos:

- a. Farolim(ns) rotativo(s) de cor amarela (avisador de marcha lenta), obedecendo às normas e legislação em vigor, visível em todas as direções, no tejadilho da cabina (sem perfurar esta);
- b. Corta corrente geral elétrico, se tecnicamente possível;
- c. O depósito de combustível e AdBlue devem ter uma capacidade adequada ao veículo e ao serviço, que permita uma autonomia igual ou, preferencialmente, superior a 300 km, possuindo tampa com chave e sistema anti- furto de combustível, localizado preferencialmente no lado direito da viatura;
- d. Guarda-lamas traseiros em material flexível e resistente à corrosão, de fácil desmontagem (fixação por abraçadeiras e tubo de ligação ao suporte do chassis);
- e. Sistema de dupla pala para proteção dos cantoneiros. A segunda pala deve ser posicionada junto aos estribos;
- f. Limitador de velocidade, de acordo com legislação em vigor;
- g. Regulador e limitador de carga;
- h. Sensor de nível no depósito óleo-hidráulico, para impedir o movimento da bomba hidráulica sempre que o óleo atinja o nível mínimo;
- i. Dois sensores de indicação do correto fecho da comporta traseira (um em cada fecho);
- j. Devem ser montadas válvulas de bloqueio nos cilindros de elevação e descida do portal traseiro, para evitar a queda deste em caso de avaria no circuito hidráulico;
- k. Tranca de segurança para impedir a queda da porta quando haja necessidade de a manter aberta;
- l. A instalação elétrica e hidráulica da caixa de recolha deve ser muito bem protegida para não permitir que seja danificada por ramos de árvores ou outros elementos presentes nas vias. As caixas localizadas no exterior da cabina devem ser estanques (especificações IP66). A entrada das cablagens deve efetuar-se, sempre que possível, pelas faces inferiores das caixas. A instalação elétrica da superestrutura deverá ser dotada de fichas de ligação entre a caixa de recolha e o portal traseiro. A instalação dessas fichas tem como objetivo efetuar a desmontagem do portal traseiro sem danificar a instalação elétrica;
- m. Deverão ser montadas chapas refletoras na traseira da comporta de descarga;
- n. Luz branca de led's, para iluminação da zona de trabalho, instalada na parte superior e traseira da viatura;
- o. Para-ciclistas de fácil desmontagem (barreiras de encastramento) onde for necessário, segundo legislação CE 89/297 CEE;
- p. Extintor de 6 kg de pó químico (ABC), certificado em Portugal, fixo em local de fácil acesso, no exterior da cabina e em caixa própria para o efeito;
- q. Depósito para lavar as mãos, com saboneteira;
- r. Sinalização sonora de marcha atrás na traseira do veículo, para aviso a peões;
- s. Roda sobressalente, ferramenta de substituição de rodas e dois calços para segurança para as mesmas;
- t. Duplo sistema de farolins na retaguarda, devidamente protegidos contra impactos e com apoios anti-vibratórios, devendo os superiores estar posicionados de modo a não ficarem ocultados pelos operadores quando estes estiverem sobre os estribos. Devem ser repetidas, no mínimo, as luzes de presença, as luzes



de travagem e as luzes indicadoras de mudança de direção;

- u. Deverão ser colocados suportes para ferramentas, vassoura e pá, modelos utilizados no Município de Lisboa.

#### **4. Dimensões e pesos do veículo completo**

- a) Comprimento total máximo da viatura completa igual ou inferior a 9.000 mm;
- b) Largura máxima da viatura completa, não incluindo espelhos retrovisores, igual ou inferior a 2.600 mm.
- c) Distância entre primeiro e o segundo eixo não pode ser superior a 3.500 mm;
- d) Peso Bruto do chassis: 26.000 Kg;
- e) Peso técnico máximo sobre o eixo dianteiro, mínimo de 7.500kg;
- f) Peso técnico máximo sobre o conjunto de eixos traseiro, mínimo de 18.000kg.

#### **5. Pintura**

- a) A viatura deverá ser pintada predominantemente na cor branca, inclusive nas partes interiores da cabina que sejam pintadas, com esmalte brilhante acrílico ou aquoso;
- b) As jantes, os para-choques, os para-ciclistas (se o respetivo acabamento for pintura) e o chassis, devem ser pintados a preto;
- c) Pode ainda ser solicitada ao cocontratante a pintura de alguns elementos com outra cor, de símbolos ou inscrições;

#### **6. Segurança**

- a) Sistema auxiliar de travagem anti bloqueio de rodas (ABS);
- b) Sistema de controlo de estabilidade;
- c) Ter espelhos retrovisores exteriores, com a menor saliência possível (em relação à cabina) e espelho de bermas do lado direito;
- d) Possuir roda sobressalente, com o respetivo suporte, macaco e chave de rodas;
- e) Possuir 2 calços de segurança para as rodas, com dispositivo de suporte.

#### **7. Conforto**

- a) Direção assistida, de forma a minimizar o esforço do operador;
- b) Climatização da cabina, devidamente filtrada, assegurada, pelo menos, por ar condicionado, para o arrefecimento, sendo admitida a “chauffage” para o seu aquecimento;
- c) Autorrádio com RDS e sistema tipo mãos-livres via “Bluetooth”;
- d) Fecho centralizado de portas;
- e) Tapetes amovíveis, de borracha, para proteção do fundo do habitáculo;
- f) Banco do condutor dotado de sistema com suspensão, adaptável ao peso do condutor.

#### **8. Caixa para recolha de resíduos - Tambor**

Caixa de recolha de resíduos, tipo tambor rotativo, com compactação e vazamento por sistema contínuo, com uma capacidade útil, exceto cuba de despejo (câmara de receção de resíduos) a entre 17 m<sup>3</sup> e 19 m<sup>3</sup>.

8.1 Na construção do tambor deverão ser utilizados aços de elevada resistência ao desgaste/abrasão, devendo existir um especial cuidado na execução hélice, a qual deverá possuir uma espessura, no mínimo, de 10 mm;



**8.2** O tambor deve ser concebido de forma a minimizar ruídos, possuindo o adequado isolamento acústico em material ignífugo. Se necessário, deverá estar dotado de resguardo de forma a proporcionar uma insonorização adicional.

## **9. Elevadores de contentores**

Os elevadores e a sua montagem devem respeitar as normas EN 1501 em vigor e apresentar baixo risco de acidente, baixo nível de ruído e ser concebido em conformidade com as normas e padrões em uso na União Europeia. Os elevadores devem estar certificados quanto ao seu fabrico.

### **9.1 Tipo**

- a) Elevador automático, com capacidade para movimentação dos contentores utilizados pela CML, com funcionamento, no modo:
  - a1) Independente, para contentores normalizados EN 840-1, nomeadamente de 80, 120/140, 240 e 340/360 litros de capacidade e
  - a2) Solidário, para contentores normalizados EN 840-2 (tampa plana) e EN 840-3 (tampa curva), nomeadamente de 1000/1100 litros;
- b) Devem existir batentes para o contentor não cair para dentro da cuba, que não devem conter peças móveis. Devem ser constituídos por uma antepara fixa e uma cortina;
- c) Os eixos nas articulações dos braços do elevador, e respetivos cilindros, devem ser providos de casquilhos em material anti desgaste ou de rolamentos, onde tal se justifique, facilmente substituíveis e devidamente protegidos contra a entrada de águas e poeiras.

### **9.2 Montagem e dimensões**

- a. O elevador deve ser montado de modo a garantir uma boa manutibilidade do mesmo;
- b. A distância do ponto mais baixo do elevador ao solo, deve assegurar que, com a viatura na situação de carga máxima, aquele não colida com o murete do cais de descarga, que tem uma altura de 300 mm;
- c. O elevador será montado no portal da câmara de receção de resíduos;
- d. A instalação no portal da comporta de descarga, deve respeitar as normas estabelecidas. O elevador não deve fazer parte integrante da comporta de descarga nem estar embebido nesta;
- e. A fixação do elevador na comporta de descarga deve ser feita através de 6 pontos roscados, de acordo com as Normas EN 1501 em vigor;
- f. Deverá possuir aviso sonoro e/ou luminoso na cabina, de sapatas estabilizadoras em baixo;
- g. Documentação e certificação CE.

### **9.3 Tempo máximo de ciclo**

O tempo máximo do ciclo deve ser de:

- a. Modo independente: 8 segundos;
- b. Modo solidário: 12 segundos.

### **9.4 Comandos**

Dois comandos, um de cada lado do elevador, através de manípulo acionador.

### **9.5 Capacidade de elevação de contentores**

O elevador deve ter uma capacidade de elevação mínima de:

- a) Modo independente: 2 x 150 Kg;



- b) Modo solidário: 500 Kg.

## 9.6 Lubrificação

O elevador deverá dispor de copos de lubrificação para encher manualmente ou lubrificação automática.

## 9.7 Segurança

- a) O elevador deve estar dotado com proteções laterais de segurança para proteção dos cantoneiros, eficazes para evitar que estes, estando sobre os estribos, possam colocar qualquer parte do corpo dentro da câmara de receção de resíduos;
- b) O elevador deve possuir um sistema de trinco ou encravamento eficaz para o respetivo travamento, aquando do deslocamento da viatura;
- c) O elevador na posição de transporte deve garantir uma altura ao solo de forma a evitar colisões com o mesmo;
- d) Deverão ser montadas pegas suplementares nos elevadores, para apoio dos cantoneiros;
- e) O elevador em baixo devem impedir a viatura de efetuar manobras de marcha-atrás.

## 10. Certificações

No momento do fornecimento do bem, devem ser entregues os certificados de qualidade respeitantes ao respetivo fabrico e toda a Documentação e certificação CE exigida, designadamente, das caixas para resíduos (caixa e comporta de descarga) e dos elevadores contentores.

## 11. Documentação técnica

O cocontratante obriga-se a fornecer, aquando da entrega da viatura, os manuais:

- a. em suporte informático - de operação, de manutenção, de reparação e de peças, referentes a todos os sistemas e órgãos que compõem a viatura;
- b. em suporte de papel todos os manuais referidos na alínea anterior;
- c. Plano de manutenção preventiva.

## 12. Obrigações gerais

- a. Com a viatura deverão ser entregues todos os equipamentos exigidos pelo Código de Estrada e pela restante legislação complementar;
- b. Todos os equipamentos deverão ser sujeitos a adequada preparação das superfícies, antes das pinturas de acabamento, de forma a evitar, tanto quanto possível a corrosão.
- c. Esta documentação deve estar escrita em língua portuguesa.
- d. O veículo deverá obedecer a todas as normas e diretivas em vigor em Portugal e na União Europeia.

## 13. Ferramenta especial

- a) O Cocontratante obriga-se a fornecer, aquando da entrega do veículo, um conjunto de toda a ferramenta especial recomendada pelos manuais para a manutenção preventiva;
- b) O Cocontratante deve apresentar lista da ferramenta especial recomendada pelos manuais de reparação;
- c) Entende-se por ferramenta especial, aquela que é desenhada especificamente para trabalhar no equipamento proposto.



## **ANEXO I**

### **Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa**

- 1. Introdução**
  - 1.1 Enquadramento**
  - 1.2 Finalidade**
  - 1.3 Aplicação**
  - 1.4 A nossa Expetativa**
  - 1.5 Conformidade Legal**
  - 1.6 Melhoria Contínua**
  - 1.7 Participação, Colaboração para a Inovação e Sustentabilidade**
- 2. Requisitos Fundamentais**
  - 2.1 Corresponsabilidade Ambiental e Climática**
  - 2.2 Direitos Humanos e Trabalho Digno**
  - 2.3 Políticas positivas de Recursos Humanos**
  - 2.4 Integridade, Ética e Práticas Anticorrupção**
- 3. Monitorização, Avaliação e Reporte de Violações**

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Enquadramento**

O Município de Lisboa (ML) está comprometido com o desenvolvimento sustentável<sup>1</sup> para que a satisfação das necessidades do presente não comprometa a satisfação das necessidades das gerações futuras.

Este é um designio para o qual a compra pública pode ser um instrumento valioso, quando alinhada com os compromissos assumidos para a sustentabilidade (ambiental, social e económica), a ação climática, a neutralidade carbónica, e ainda com os dispositivos legais, recomendações e diretivas europeias e, normas internacionais, ajudando inclusive a cimentar o nosso compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O ML reconhece que a sua ação ao serviço do munícipe tem impactes significativos sobre a economia, o ambiente e a sociedade, alguns dos quais dependem diretamente da forma como desenvolve a sua atividade e outros dependem da forma como os seus parceiros, fornecedores e subcontratados desenvolvem a sua atividade.

Face ao exposto e assumindo que a colaboração, a entreajuda e a partilha de responsabilidades com o Fornecedor é fundamental para o alcance do acima mencionado, o ML define o presente Código de Conduta do Fornecedor do Município de Lisboa, que reflete os valores, práticas internas e objetivos do ML, bem como as expetativas das nossas partes interessadas, como sejam trabalhadores, munícipes, parceiros, cidadãos, reguladores e a sociedade como um todo, com o intuito de ampliar o impacto para o desenvolvimento sustentável e alcance das metas da neutralidade carbónica.

O Código é ainda uma extensão da Estratégia para a Transparência e Prevenção da Corrupção, do Código de Ética e Conduta e da Política de Compras Sustentáveis do ML.

### **1.2 Finalidade**

O Código de Conduta de Fornecedores (Código) descreve as nossas expetativas e define os Requisitos Fundamentais mínimos que o ML pede aos seus fornecedores para serem respeitados e cumpridos no exercício das suas relações comercial ou de parceria (Contrato).



Um Contrato com o ML, neste âmbito, integra nas suas disposições a referência ao Código e ao compromisso a assumir perante o mesmo.

### **1.3 Aplicação**

O Código de Conduta de Fornecedores aplica-se a todos os parceiros, fornecedores e subcontratados do ML, adiante designados para efeitos deste Código, como Fornecedor.

Entende-se por parceiros as entidades que colaborem com o ML em projetos e iniciativas conjuntas em que exista da parte do ML, um processo de apoio material ou financeiro.

A aceitação do Código é um requisito para o Contrato com o ML. Através deste o Fornecedor afirma o seu compromisso de que todo o seu funcionamento está sujeito às disposições presentes neste Código, cujo estabelecido é entendido como um averbamento e não uma substituição das disposições legais, em vigor.

### **1.4 A nossa expetativa**

A expetativa do ML é de que o Fornecedor apoie o nosso compromisso de fazer não apenas aquilo que é favorável ao negócio do ponto de vista financeiro, mas também aquilo que é favorável para as comunidades em que vivemos e trabalhamos, para o planeta e para as gerações futuras.

Esperamos que todo o Fornecedor esteja ciente deste compromisso e que abrace o cumprimento do Código, cabendo-lhe a ele disseminar, ensinar e aplicar as políticas e medidas necessárias para o seu cumprimento na sua própria organização e nas suas cadeias de abastecimento. Cabe ainda ao Fornecedor diligenciar a verificação prática da conformidade a este Código aos seus trabalhadores, agentes e cadeias de suprimento.

É igualmente expetativa do ML poder em conjunto com o Fornecedor contribuir para o incremento e melhoria de processos associados à sustentabilidade, incluindo a circularidade e inovação.

### **1.5 Conformidade Legal**

O ML conta com o Fornecedor para o estabelecimento de procedimentos e mecanismos que garantam a identificação dos requisitos legais aplicáveis à sua atividade em todas as jurisdições em que operem, para garantir a conformidade com todas as leis e regulamentos aplicáveis, bem como contratos e códigos. Ao operar ou comprar em diversos países, o fornecedor também deve cumprir as leis internacionais aplicáveis, de que são exemplo a lei da concorrência, comércio internacional ou proteção de dados.

### **1.6 Melhoria Contínua**

O ML reconhece que o alcance do estabelecido neste Código é um processo exigente, dinâmico, em permanente construção e constitui um incentivo ao Fornecedor para melhorar continuamente o seu funcionamento e performance perante a sustentabilidade.

Na eventualidade da necessidade de apoio, o ML está disponível para dar o seu contributo para a identificação de metas e sistemas que assegurem que as práticas são permanentemente melhoradas ao longo da execução do Contrato.

### **1.7 Participação e Colaboração para a Inovação e Sustentabilidade**

Sempre que aplicável e pertinente, no âmbito do Contrato celebrado, o Fornecedor deverá indicar um interlocutor para a sustentabilidade e inovação, podendo ser convidado a participar em projetos de inovação associados ao objeto da compra, em questão.

No âmbito da Compra Sustentável espera-se que o Fornecedor participe e colabore ativamente nos momentos de auscultação que o ML realiza para identificação de critérios e sustentabilidade, melhoria dos processos e gestão de risco, entre outros.

## **2. Requisitos Fundamentais**

Para além do anteriormente mencionado, espera-se que o Fornecedor cumpra com os requisitos fundamentais apresentados neste Código, implementando as políticas, as medidas e ações necessárias que assegurem a sua



implementação nas suas operações e, sempre que aplicável a verificação da observância nas operações das entidades parceiras ou subcontratadas, sempre que estiver em causa um fornecimento ao ML. Espera-se ainda que o compromisso com os requisitos fundamentais seja suportado por declarações escritas, códigos, políticas, contratos ou outras evidências, entre o Fornecedor e o ML.

Os Requisitos Fundamentais organizam-se em torno de 3 eixos: (1) Corresponsabilidade Ambiental e Climática; (2) Direitos Humanos e Trabalho Digno; (3) Integridade, Ética e Práticas Anticorrupção.

## **2.1 Corresponsabilidade Ambiental e Climática**

### **Responsabilidade Ambiental**

O Fornecedor deve sempre que aplicável e possível, alinhar a sua atividade produtiva e gestão organizacional com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os compromissos nacionais assumidos, em matéria de sustentabilidade, ação climática e neutralidade carbónica.

Deve ainda desenvolver procedimentos e mecanismos que permitam a identificação dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade em matéria de ambiente.

Este compromisso, implica que o Fornecedor desenvolva mecanismos que permitam garantir a conformidade legal nas entidades que operam ao nível das suas cadeias de abastecimento e, gerir as suas operações de forma ambientalmente responsável, o que envolve conhecer e atuar sobre os impactes gerados pelas suas atividades, a montante e a jusante.

### **Poluição e Redução de Emissões**

O Fornecedor deve adotar medidas razoáveis para minimizar as emissões de gases com efeito de estufa e de poluentes tóxicos e perigosos.

### **Recursos e Resíduos**

O Fornecedor deve promover uma gestão eficiente dos recursos e procurar a redução do consumo de energia elétrica, matérias-primas com elevado impacto no ambiente, água e combustíveis fósseis, e sempre que possível, através de utilização de fontes de energia renovável. Deve ainda envidar todos os esforços para a redução de resíduos libertados da sua atividade e incrementar, a circularidade, a reutilização e a reciclagem.

O Fornecedor deve ainda desenvolver e aplicar inovações para práticas ambientalmente responsáveis que reduzam ou minimizem os impactos ambientais adversos, ou que adotem políticas que procurem neutralizar a pegada ecológica, através da compensação das emissões de CO2.

## **2.2 Direitos Humanos e Trabalho Digno**

### **Dignidade Humana**

O Fornecedor deve tratar os seus trabalhadores e interlocutores com dignidade e respeito, não os sujeitando a condições degradantes.

### **Tratamento Justo e Equitativo, Assédio e Discriminação**

O Fornecedor deverá promover uma cultura e um ambiente de trabalho em que não sejam admitidas práticas de assédio (incluindo assédio sexual, ameaças de assédio ou retaliação por eventuais denúncias) e discriminação com base em características físicas, raça, religião, crenças, género, etnia, estado civil, maternidade, idade, afiliação política, nacionalidade, deficiência, saúde, orientação sexual ou qualquer outro fator. Não deve ser tolerada qualquer prática de abuso e intimidação, e deve ser assegurado o respeito pela privacidade dos trabalhadores. A relação laboral deve ocorrer numa relação de trabalho formalizada assente na legislação e práticas correntes em Portugal.

### **Idade Mínima de Admissão ao Emprego: Trabalho Infantil e Jovem**

O trabalho infantil é uma forma de exploração que viola um dos direitos humanos fundamentais. Espera-se que o Fornecedor opere de acordo com as convenções da OIT (Convenção de Idade Mínima n.º 138 e Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil n.º 182), que fornecem a estrutura para a lei nacional prescrever uma idade



mínima para admissão em emprego ou trabalho que não deve ser inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória e, em qualquer caso, não inferior a 15 anos. A idade mínima para trabalhos perigosos é maior, 18 anos para todos os países.

As leis de trabalho infantil restringem os tipos de trabalho, horas trabalhadas e equipamentos usados por menores de 18 anos. Espera-se que o Fornecedor cumpra essas leis e disponibilize um ambiente adequado para esses trabalhadores.

### **Trabalho Forçado e Tráfico de Seres Humanos**

Trabalho forçado, também designado como trabalho escravo, é o trabalho realizado involuntariamente e sob coação, geralmente por grupos relativamente grandes de pessoas. O trabalho forçado difere da escravidão porque envolve não a propriedade de uma pessoa por outra, mas apenas a exploração forçada do trabalho dessa pessoa. Espera-se que o Fornecedor desenvolva mecanismos para abolir o trabalho forçado nas suas operações, dos seus fornecedores e subcontratados e não sejam cúmplices de tais situações.

Espera-se que o Fornecedor não permita de forma alguma, no âmbito das suas operações e na dos seus fornecedores e subcontratados, a associação ao trabalho forçado e ao tráfico de pessoas e, que não seja cúmplice de tais situações.

### **Liberdade de associação e negociações coletiva**

O Fornecedor deve respeitar os direitos dos trabalhadores de tomar decisões informadas, livres de coerção, ameaça ou represália quanto ao seu desejo de ingressar ou não na empresa.

## **2.3 Políticas positivas de Recursos Humanos**

### **Ambiente e Condições de Trabalho e Desenvolvimento Pessoal e Profissional**

O Fornecedor deve cumprir as leis, regulamentos e normas aplicáveis às condições de trabalho para os seus trabalhadores, sublinhando-se a política de remunerações e benefícios, igualdade de género, horários de trabalho e observância dos períodos de descanso, saúde e segurança.

Acresce, ainda, uma especial atenção para a adoção de políticas amigas da família, encorajando a conciliação da maternidade com a vida de trabalho e, a compatibilização da vida profissional com a vida familiar e pessoal.

O Fornecedor deve, também, proporcionar condições que promovam o florescimento humano, a capacitação e aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento profissional e pessoal das suas equipas.

Deve, igualmente, o Fornecedor estar aberto à adoção das novas formas de trabalho, que para além do melhor ajuste aos tempos atuais fomentam, ainda, uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar / pessoal.

### **Saúde e Segurança**

Além de satisfazer as exigências mínimas legais referentes às condições do trabalho dignas, o Fornecedor deve proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável e tomar medidas e precauções necessárias para evitar acidentes e ferimentos.

## **2.4 INTEGRIDADE, ÉTICA E PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO**

### **Responsabilidade e Integridade nos Negócios**

Espera-se que o Fornecedor exerça a sua atividade com rigor, zelo, de forma dedicada e crítica, devendo assumir a responsabilidade pelos seus atos e decisões.

Espera-se ainda que o Fornecedor, nas relações com o ML ou com outras entidades, conduza os seus negócios e pautar a sua atuação por princípios éticos e segundo critérios de honestidade e de integridade de carácter, respeito pelos demais, não adotando quaisquer atos que possam de modo algum promover a obtenção de benefícios pessoais, colocando em causa, no seio da relação, a integridade do ML.

### **Conflito de interesses**





O Fornecedor deve prestar todas as informações que lhe forem solicitadas e necessárias no âmbito do processo aquisitivo, por forma a evitar qualquer situação suscetível de originar, direta ou indiretamente, conflito de interesses.

### **Anticorrupção, Suborno, Ofertas e Crimes Financeiros**

O Fornecedor deve demonstrar o seu compromisso para com a prevenção da corrupção.

O Fornecedor deverá adotar práticas para a prevenção de todas as formas de suborno, apoiar os esforços anticorrupção e lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo ou outros crimes financeiros.

Na sua relação com o ML abstêm-se de quaisquer práticas de suborno e de fazer ofertas, a qualquer título, de quaisquer benefícios, consumíveis ou duradouros.

### **Informação fidedigna**

O fornecedor compromete-se com a veracidade da informação prestada ao ML em todas as matérias: condições de trabalho, saúde e segurança, responsabilidade ambiental, anticorrupção, dados financeiros, condições comerciais e quaisquer outras informações, no âmbito do Contrato estabelecido.

### **Mecanismos de Reclamação**

O fornecedor deve dispor de sistemas que permitam apresentar reclamações, comunicações e sugestões.

### **3. Monitorização, Avaliação e Reporte de Violações**

Cabe ao Fornecedor auditar a sua própria organização ou a sua cadeia de abastecimento por forma a garantir o cumprimento do Código.

Em qualquer momento e previamente agendado, o ML poderá realizar visitas ou simplesmente solicitar evidências do cumprimento do Código, recomendando ou exigindo, no caso do não cumprimento, recomendações ou planos de ação corretiva.

No âmbito da execução do contrato o Fornecedor deverá estar disponível para responder às questões colocadas durante a execução do contrato e proceder a uma avaliação da inclusão da sustentabilidade, no seu final, retirando daí as aprendizagens quer para o Fornecedor quer para o ML.

Sempre que o Fornecedor estiver perante um possível comportamento questionável ou uma possível violação deste Código deverá recorrer à Linha de Apoio ao Fornecedor, para dar nota das suas preocupações e em conjunto, sempre que possível, definirem-se estratégias de resolução.

Violações inequívocas deste Código são tratadas dentro de um espírito de responsabilidade, compreensão e abertura à melhoria contínua. Devem ser reportadas aquando da sua identificação para o contacto de email da Linha de Apoio ao Fornecedor.

Aprovado em Reunião de Câmara, 14 de dezembro de 2022

Município de Lisboa



## **ANEXO II**

### **Consulta Preliminar**

(nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP e descrito na cláusula 2.ª do presente caderno de encargos)

**I -** Ao abrigo do disposto no artigo 35.º-A do CCP, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, por via de correio eletrónico. Para o efeito, a consulta foi realizada no dia 26/05/2025, às seguintes entidades:

1. SOMA – Environmental Solutions;
2. RESITUL - Equipamentos Serviços Técnicos Ambientais, Lda.;
3. HIDROMASTER - Conservação de Superfícies, Lda.

**II -** Foram solicitadas as seguintes informações:

- O preço base unitário a considerar pela entidade adjudicante;
- Os prazos de entrega dos equipamentos a adquirir;
- Características técnicas de veículo (chassis, caixa RSU e elevador) que cumpra o que a seguir se especifica.

**III -** Em resposta foram obtidas as seguintes informações:

- Preços, não incluindo o IVA:
  - 220.900 €;
  - 245.000 €.
- Prazo de entrega:
  - Imediato;
  - 90 dias.
- Veículo (marca modelo chassis; caixa RSU e elevador):
  - Mercedes-Benz Arocs; FAUN ROTOPRESS; Faun Skylift X;
  - MAN TGS; ROTO-M-U-T, 205/18.0 NIRO / FLAT; Terberg OmniDEKA.

A ordem de respostas apresentadas no ponto III, resultado da consulta preliminar realizada, é aleatória, não existindo correspondência direta com a ordem de entidades identificadas no ponto